

UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE ASSEMBLEIANA A PARTIR DA “CARTA DE CAMPINAS”¹

Valdinei Ramos Gandra²

RESUMO

As fronteiras identitárias do pentecostalismo nunca foram rígidas. No entanto, nas últimas três décadas o campo religioso pentecostal apresentou uma singular volatilidade. O principal motivo seria o surgimento e a expansão dos neopentecostais. Este grupo conseguiu em pouco tempo um inesperado crescimento através do uso de estratégias midiáticas de evangelização, fortemente marcadas por um discurso teológico pragmático (teologia da prosperidade). Soma-se a isso a descentralização do sujeito religioso na contemporaneidade. Diante destas questões surge uma “crise” de identidade no pentecostalismo. A Assembleia de Deus está entre as que mais sofrem as “tensões identitárias” que permeiam o fenômeno religioso

¹ Este artigo é parte da pesquisa que está em curso no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) sob o título: O patrimônio cultural da Assembleia de Deus: memória e identidade na criação do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal – CEMP.

² Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade - MPCS pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE; Licenciando em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI (Temporariamente interrompido); Graduação em Teologia pela Faculdade Sul Americana – FTSA; Graduação em Processos Gerenciais pela Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER.

pentecostal. Em face disso, articula ações para tentar estabelecer as fronteiras do pentecostalismo vivenciado por ela nestes cem anos de história (1911-2011). Uma dessas ações aconteceu com a realização do primeiro Seminário de Reflexão Teológica Pentecostal na cidade de Campinas no Estado de São Paulo. No final do evento foi elaborado o “Manifesto da Reflexão Teológica Pentecostal das Assembleias de Deus no Brasil - Carta de Campinas” em um claro posicionamento identitário. A novidade é que a AD se apropria do conceito sociológico de Igreja do Pentecostalismo Clássico e, numa perspectiva de valoração do termo, tenta estabelecer as fronteiras do pentecostalismo, sinalizando as diferenças que permeiam o campo pentecostal.

Palavras chave: identidade; Assembleia de Deus; carta de Campinas; pentecostalismo.

INTRODUÇÃO

Observa-se que transformações fazem parte do campo religioso. Quando se trata do protestantismo a questão torna-se ainda mais notória, suas fronteiras religiosas sempre se apresentaram mais ou menos fluidas.

O pentecostalismo, com linhas demarcatórias ainda mais diluídas, assume a condição cismática do protestantismo. Contudo mudanças religiosas acontecem no tempo e no espaço, ou seja, elas estão condicionadas a fatores culturais próprios de cada época.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é refletir sobre a maneira como a Assembleia de Deus se posiciona frente às mudanças que estão ocorrendo nas últimas três décadas no campo religioso pentecostal. Este período tem como características o surgimento e expansão dos neopentecostais, principais vetores do “embaralhamento” das balizas simbólicas que identificavam o campo religioso pentecostal em suas especificidades.

Para tanto, tomadas as devidas precauções para não se perder a qualidade da amostragem, a reflexão será pautada pelo “Manifesto de Reflexão Teológica Pentecostal das Assembleias de Deus³ no Brasil – Carta de Campinas”.⁴

O que o referido documento tem a contribuir para a compreensão das tensões identitárias pelas quais passam as ADs no Brasil?

Com este questionamento como princípio metodológico norteador, serão apresentados neste artigo: uma síntese histórica do movimento pentecostal, as tensões identitárias que permeiam este campo religioso, o contexto em que surgiu a Carta de Campinas e, por fim, uma análise sobre a identidade assembleiana a partir deste documento.

1 BREVE HISTÓRICO DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL

O fenômeno religioso pentecostal origina-se de transformações sócio-religiosas ocorridas no protestantismo estadunidense no final do século XIX e início do século XX⁵. O movimento é caracterizado pela concepção da contemporaneidade dos dons espirituais, em especial o “Batismo com o Espírito Santo” evidenciado pelo “falar em línguas”. A experiência seria uma legítima continuação da “descida do Espírito Santo” conforme registrado no capítulo dois do livro dos Atos dos Apóstolos.

Esta “nova” maneira de conceber a fé exerceu influências em inúmeras Igrejas Independentes dos Estados Unidos, desdobrando-se posteriormente para várias partes do mundo.

³ A partir deste ponto será usada a abreviação “AD”.

⁴ A partir deste ponto será usado apenas o termo “Carta de Campinas”. Este documento pode ser lido na íntegra no endereço eletrônico: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4330>>.

⁵ CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro**: observações sobre uma relação ainda pouca avaliada. Revista USP, n° 67 (set.-nov. 2005), p. 100-115.

A fé pentecostal encontraria no Brasil algumas condições favoráveis ao seu crescimento, como: liberdade religiosa promovida pelo ideal republicano, a prática de um catolicismo não oficial (popular e sincrético), um protestantismo ainda estrangeiro e estranho a realidade brasileira e o início de um acentuado processo de urbanização com suas respectivas tensões identitárias.

Surgiram neste contexto a Congregação Cristã (1910) e a Assembleia de Deus (1911). Apesar das profundas diferenças entre estas duas Igrejas, seus fundadores procedem do movimento pentecostal de Chicago.

O italiano Luigi Francescon, fundador da Congregação Cristã, chegou ao Brasil em 8 de março de 1910 e iniciou seu trabalho de evangelização entre os italianos da cidade de São Paulo e Santo Antonio da Platina no Paraná.

Alguns meses depois, mais precisamente em 19 de novembro de 1910, chegava em Bélem do Pará dois suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren, vindos dos Estados Unidos da América e recebidos pela Igreja Batista desta cidade.

Por conta das manifestações pentecostais os missionários suecos foram excluídos desta comunidade, iniciando assim uma nova comunidade de fé, agora pentecostal. No dia 18 de junho de 1911 surgiu então, na rua Siqueira Mendes 67, na cidade de Bélem no Estado do Pará, a Missão da Fé Apostólica, que passa a ser denominada oficialmente de Assembleia de Deus em janeiro de 1918. O sociólogo Paul Freston denomina este primeiro momento da história do pentecostalismo de “primeira onda”.⁶

A “segunda onda” (contexto paulista), segundo ele, ocorreria entre os anos 50 e 60 com o surgimento da Igreja do Evangelho Quadrangular

⁶ FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. Campinas: UNICAMP, 1993. Tese (doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas. p. 66.

(1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962).⁷ E por fim na “terceira onda” (contexto Carioca) apareceriam a Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).⁸

O sociólogo Ricardo Mariano apresenta a seguinte classificação do Pentecostalismo no Brasil: Clássico (primeiro onda), Deuteropentecostalismo (segunda onda) e Neopentecostais (terceira onda).⁹ É de conhecimento dos estudiosos da área que as classificações são apenas delimitações metodológicas, pois elas não dão conta de abarcar toda a complexidade que o movimento pentecostal comporta.

2 “TENSÕES IDENTITÁRIAS” NO PENTECOSTALISMO

A “terceira onda” do pentecostalismo desestabilizou o fenômeno pentecostal. Não tanto pelas suas características em si, mas pela popularização de suas práticas na Televisão e no Rádio.¹⁰

Exorcismos e ostensivos apelos por ofertas e dízimos na televisão trouxeram certo desconforto às principais igrejas evangélicas do Brasil, situação que se acentuou com a compra da TV Record pelo Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, em 1989.

A situação ficou insustentável para muitos líderes evangélicos quando reportagens de cunho “investigativo” foram veiculadas em horário nobre, denunciando os supostos “desvios éticos” praticados por algumas igrejas deste grupo.

⁷ FRESTON, 1993, p. 66.

⁸ FRESTON, 1993, p. 66.

⁹ MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 23.

¹⁰ Segundo Mariano as principais características dos neopentecostais são: “guerra contra o diabo, teologia da prosperidade e a liberalização dos tradicionais usos e costumes de santidade pentecostal”. MARIANO, 2005, p. 36.

As matérias jornalísticas não tiveram o cuidado de estabelecer com clareza as fronteiras do protestantismo brasileiro. Generalizações inapropriadas se tornaram constantes.

Alguns se posicionaram contra o “novo movimento”, em particular os que eram filiados a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), liderada na época pelo Rev. Caio Fábio.

Entre as lideranças pentecostais houve um posicionamento ambíguo. Ao mesmo tempo em que mostravam certa relutância em aceitá-los como legítimos pentecostais, sentiam-se atraídos pelos novos “métodos” de evangelização midiática, pelo discurso da teologia da prosperidade e pela possibilidade de representatividade política que a união em torno deles possibilitava.

Posicionamentos dúbios ocorreram também com algumas denominações do chamado protestantismo “histórico”.¹¹ O jogo político-religioso neste contexto era intenso.¹²

Um exemplo claro dessa ambiguidade pode ser constatada na presença de várias lideranças do pentecostalismo, entre eles neopentecostais, na criação do Conselho Nacional de Pastores do Brasil¹³ (CNPB) em 1993, presidida até hoje pelo Bispo da Assembleia de Deus, ministério de Madureira, Manoel Ferreira.¹⁴

Participava também da diretoria do conselho, na época de sua fundação, o Presidente da Convenção Batista Brasileiro (CBB), Pr. Nilson do

¹¹ O termo protestantismo histórico diz respeito às Igrejas Evangélicas que se estabeleceram no Brasil a partir do século XIX e que, portanto, são anteriores ao pentecostalismo.

¹² FRESTON, 1993, p. 149-267.

¹³ O endereço eletrônico do órgão é: www.cnpb.com.br

¹⁴ Presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira.

Amaral Fanini (1932-2009).¹⁵ O CNPB contava com a presença de uma das principais lideranças do protestantismo histórico do Brasil. A AD/CGADB não apoiou o conselho.

Acrescenta-se a estas questões a cultura gospel, potencializada no Brasil pela Igreja Renascer em Cristo (1986). Mariano informa que ela é detentora da patente da marca gospel no Brasil e proprietária da gravadora Gospel Records, pela qual lançaram mais de 100 títulos.¹⁶ É também a responsável pela introdução das famosas marchas para Jesus que acontecem em várias cidades do país.

Muito poderia ser dito sobre os motivos que levaram a aceleração do processo de deslocamento das identidades pentecostais, os exemplos são muitos. Todavia, é suficiente para mostrar que as fronteiras norteadoras do pentecostalismo, desde o surgimento dos neopentecostais, não estão mais asseguradas. Depois de três décadas são inegáveis as influências sobre o “protestantismo brasileiro”.

3 O CONTEXTO DA CARTA DE CAMPINAS

A Convenção Geral da Assembleia de Deus¹⁷ – CGADB e a Casa Publicadora da Assembleia de Deus¹⁸ – CPAD planejaram vários eventos para comemorar o primeiro centenário das ADs no Brasil (1911-2011).

Paralelamente a organização da CGADB/CPAD, a Igreja-Mãe¹⁹ de Belém do Pará organizava seus próprios eventos, expondo assim a frag-

¹⁵ É interessante que o nome do referido pastor, falecido em 2009, aparece ainda como um dos vice-presidentes do conselho. Outra questão curiosa é a presença do Rev. Guilhermino Cunha (uma das principais lideranças da Igreja Presbiteriana do Brasil) e o Bispo Robson Rodovalho (Líder da Sara Nossa Terra) entre os vice-presidentes do conselho. Estaria o site desatualizado?

¹⁶ MARIANO, 2005. p. 102-103.

¹⁷ A partir deste ponto será usada a abreviação “CGADB”.

¹⁸ A partir deste ponto será usada a abreviação “CPAD”.

¹⁹ A AD de Belém do Pará foi fundada por Daniel Berg e Gunnar Vingren em 1911.

mentação²⁰ institucional e a disputa de poder que estão ocorrendo na instituição.²¹ A CGADB tem um poder relativo sobre a denominação. O maior elo entre ela e as Assembleias de Deus espalhadas em todo o país é a CPAD, pois é nesta instituição que se processa a Teologia Pentecostal assembleiana por meio do Jornal Mensageiro da Paz - MP e as Revistas da Escola Dominical – EBD.

Entre os eventos comemorativos organizados pela CGADB/CPAD, estava a realização do primeiro Seminário de Reflexão Teológica do Movimento Pentecostal, ocorrido na cidade de Campinas no Estado de São Paulo entre os dias 26 a 28 de Agosto de 2010.

Conforme matéria do portal de notícias CPADNEWS²² o evento contou com a seguinte estrutura:

Com 838 participantes inscritos foram discutidos temas como: As Assembleias de Deus: Pioneira e Tronco do Movimento Pentecostal no Brasil; As Assembleias de Deus no Brasil: Teologia e Prática; O Fundamento Bíblico da Teologia Pentecostal; A Influência das Igrejas Neo-Pentecostais no Movimento Pentecostal Brasileiro; História e Sociologia do Movimento Pentecostal; e As Manifestações do Espírito Santo na História. As palestras foram ministradas pelos pastores Elienai Cabral (DF), Esequias Soares (SP), Eliezer Morais (RS), Isael de Araujo, Claudionor de Andrade e César Moisés de Carvalho (RJ).

Segundo o Pr. Paulo Freire Roberto da Costa²³ o objetivo do evento seria analisar o pentecostalismo praticado nas ADs.²⁴ Para o Pr. José

²⁰ A AD é dividida em ministérios independentes, alguns deles não estão ligados a CGADB, como é o caso das ADs do Ministério de Madureira (CONAMAD).

²¹ Está em curso uma disputa pelo controle da CGADB. De um lado o atual presidente, Pr. José Wellington Bezerra da Costa, e de outro, o presidente da Igreja-Mãe de Belém do Pará, Pr. Samuel Câmara.

²² RICARDO, Lucas. **Conferência de reflexão teológica em Campinas produz manifesto**. Rio de Janeiro: CPADNEWS, 13/09/2010. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4325>>. Acesso em: 15 jun. de 2012.

²³ Presidente do Conselho de Doutrina da CGADB e Presidente da AD de Campinas, Igreja que hospedou evento.

²⁴ RICARDO, 2010.

Wellington Bezerra da Costa, Presidente da CGADB, o evento servia para confirmar a fundamentação bíblica do movimento pentecostal. “Pentecostalismo não é um movimento desprovido de doutrina, mas um movimento do Espírito Santo muito bem fundamentado na Bíblia Sagrada”, dizia ele na ocasião.²⁵

Em razão do consenso a respeito da urgência dos assuntos que foram tratados no evento, foi elaborado o Manifesto da Reflexão Teológica Pentecostal das Assembleias de Deus no Brasil - Carta de Campinas.

Este documento foi amplamente divulgado nos meios de comunicação da AD (Portal de Notícias CPADNEWS, Jornal Mensageiro da Paz e Revista Manual do Obreiro) num claro posicionamento às questões identitárias que marcam a AD.

Portanto, o contexto da Carta de Campinas é de celebração pela marca histórica de cem anos, ainda que marcado por disputas de poder. Por outro lado é também um contexto de questionamentos identitários, uma vez que o seminário e o documento final discorrem sobre o pentecostalismo praticado pelas ADs. As reflexões sobre identidade somente são necessárias em contexto de insegurança em relação ao que se é.²⁶

4 A CARTA DE CAMPINAS: IDENTIDADE E DIFERENÇA

A escalada dos neopentecostais aos patamares mais elevados de visibilidade evangelística preocupa um número expressivo de líderes evangélicos, pois ao controlarem uma parte considerável dos principais veículos de comunicação de massa, tornaram-se os representantes midiáticos do protestantismo brasileiro.

²⁵ RICARDO, 2010.

²⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 74.

O crescimento dos novos atores religiosos é consequência de uma nova maneira de se relacionar com a religião, pautada pela lógica mercadológica. Neste aspecto as pessoas ajustam suas identidades ao amplo mercado religioso disponibilizado para consumo. É o processo de descentralização do sujeito religioso na contemporaneidade.

Segundo Hall:

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.²⁷

Estas questões são de certa forma “tranquilas” para os “novos” atores religiosos, porém, os grupos mais “tradicionais” se sentem abalados pelas mudanças, pois veem as “velhas identidades” em risco.

As transformações identitárias viriam internamente pelas transformações dos sujeitos e externamente pelo nivelamento da compreensão do fenômeno religioso por parte dos principais instrumentos de regulação social.

Segundo Castells a identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados”.²⁸

Nesta perspectiva pode-se dizer que a história da AD, em maior ou menor grau, é profundamente marcada pela construção de sua identidade:

²⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 07.

²⁸ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 22.

a nacional sobre a sueca²⁹, a de “santidade” sobre a do “mundo”³⁰, etc. O que é natural não havendo identidades fixas, pois estão sempre se deslocando em graus e momentos diferentes.

Entretanto, qual o atributo cultural na qual a AD processa a construção de significado de sua identidade na contemporaneidade? Tem-se discorrido sobre as questões de “usos e costumes”. O que parece superado, ainda que a Carta de Campinas mencione a necessidade de resgatar os princípios pentecostais, conservando os bons costumes.³¹

Todavia é apenas retórica para uma liderança assembleiana “tradicional” que ainda se mantém no poder, pois não está claro o que se pretende dizer com o conceito. Esta é uma das exigências que estão na iminência de perder importância nas ADs.

Conforme Mariano:

Para os propósitos expansionistas da Assembléia de Deus, esses costumes e hábitos, com status de doutrina bíblica, estão se tornando cada vez, mas disfuncionais. Causam tensões e disputa interna, entre a velha e as novas gerações de pastores e de fiéis. Dificultam a atração das camadas sociais mais abastadas. Provocam dissidências, perda de membros, sobretudo de jovens, e de eventuais conversos de classe média.³²

No entanto a Carta de Campinas aponta para o fato de que a AD busca significar sua identidade de Igreja Pentecostal Clássica (atributo cultural) na tentativa de delimitar as fronteiras voláteis (outras fontes de significados) do campo religioso pentecostal. Conseguirá? Não é possível dizer que sim ou que não.

²⁹ ALENCAR, Gedeon. **Assembleias de Deus**: origem, implantação e militância (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010. p. 119-125.

³⁰ MARIANO, 2005, p. 189-196.

³¹ CPADNEWS. **Manifesto da reflexão teológica pentecostal das Assembleias de Deus no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4330>>. Acesso em: 15 jun. de 2012.

³² MARIANO, 2005, p. 205.

Porém, no “jogo das identidades pentecostais” destaca-se a apropriação e a valoração do conceito sociológico de pentecostalismo clássico. Porém o termo, na perspectiva sociológica, não pretende estabelecer distinções de valor, denota apenas antiguidade ou pioneirismo histórico.³³ A Congregação Cristã também pertence ao pentecostalismo clássico, não obstante possuir enormes diferenças em relação à AD.

A Carta de Campinas enfatiza que o Seminário de Reflexão Teológica Pentecostal surgiu para atender a necessidade de refletir sobre a teologia, a prática e o desenvolvimento do pentecostalismo da AD ao longo dos cem anos de sua existência.³⁴

Obviamente que as reflexões em torno do pentecostalismo assembleiano acontecem porque as estruturas que fundamentavam a identidade da AD não estão mais asseguradas. Se é que em algum momento esteve.

Pode-se dizer, entretanto, que havia um controle maior por parte dos produtores de discursos identitários. Algo que não ocorre mais na mesma proporção, apesar dos esforços da CGADB/CPAD.

É surpreendente que a proposta de discutir o pentecostalismo praticado pela AD (em um fórum adequado) tenha acontecido três décadas depois do início das transformações ocorridas no fenômeno religioso pentecostal. Certamente subestimaram esses “novos atores religiosos” e supervalorizaram a capacidade da instituição em controlar suas fronteiras identitárias.

Qual a estratégia da AD para garantir ao menos uma reserva mínima de coesão identitária? A resposta passa pela fomentação de um amplo discurso de desqualificação dos que não se enquadram na definição apropriada por ela de pentecostalismo clássico.

³³ MARIANO, 2005, p. 24.

³⁴ CPADNEWS.

Neste aspecto o documento promove um reforço identitário por intermédio do discurso da diferença. Tomaz Tadeu da Silva esclarece que “as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade”.³⁵

Sendo assim, definir o “diferente” faz parte da estratégia da AD para tentar reconfigurar as linhas que, segundo ela, demarcaria o pentecostalismo clássico. Conforme diz o documento:³⁶

Considerando a banalização do sagrado que vem ocorrendo em nosso país, através do aumento indiscriminado de diversas formas de manifestação que pretendem se acomodar — ou que são sociologicamente classificadas — ao pentecostalismo, é que resolvemos realizar esse Seminário para reafirmar a obrigatória e devida distinção que precisa marcar o nosso movimento de pentecostalidade clássica.

O diferente é o herege, o que banaliza o sagrado. Por conta disso, não pode ser considerado como participante da comunidade dos que defendem a “genuína” fé. Daí a afirmação de que as ADs, “ao longo de sua existência, tem esposado uma confissão teológica das mais perfeitas e ortodoxas que existem”.³⁷ Mas como explicar os cultos de vitória realizados nas ADs?

A resposta encontra-se no próprio documento: “Igrejas pentecostais estão se ‘neopentecostalizando’. Tal fato se dá por falta de sólida formação bíblico-teológica. Assim, algumas igrejas estão reproduzindo as práticas estranhas à Bíblia e à tradição do pentecostalismo histórico”.³⁸ Fica claro aqui quem são os diferentes: os neopentecostais.

A Carta lamenta que “as verdades espirituais do movimento pentecostal têm sido substituídas por artifícios baratos e ensinamentos de modismos e inovações. Tais perigos ameaçam a práxis teológica das ADs”.³⁹

³⁵ SILVA, 2010, p. 75.

³⁶ CPADNEWS.

³⁷ CPADNEWS.

³⁸ CPADNEWS.

³⁹ CPADNEWS.

Todavia, “identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguísticas”, ou seja, são meticulosamente construídas e nomeadas.⁴⁰ Quem está construindo os discursos identitários da AD? A resposta encontra-se no final da Carta de Campinas, onde é possível ler os nomes dos que participaram do seminário e que, portanto, elaboraram a Carta de Campinas. Quase todos ligados a CPAD. O que mostra a importância desta instituição na produção de discursos identitários, como já foi sinalizado no texto.

Contudo, a linguagem é uma estrutura instável, ela vacila.⁴¹ Acrescento ainda, incontrolável. Os produtores de significações da AD terão condições de superar estas variáveis identitárias instáveis, vacilantes e incontroláveis?

A proposta da Carta de Campinas, para superar a “neopentecostalização” do pentecostalismo, é “ter apenas um nível teológico (unidade doutrinária, não canais produtores)”.⁴²

Para isso, aponta a necessidade do aprofundamento teológico por parte da AD: “Devemos ensinar a Bíblia de maneira metódica. Os pastores devem ser doutores na Palavra, sábios e profundos. Contudo, muitos pastores, por não terem afinidade com a Palavra, acabam transferindo sua responsabilidade para pregadores “itinerantes”.⁴³ No entanto, aconselha certo cuidado em relação ao liberalismo teológico que pode surgir de um academicismo exagerado.⁴⁴

Segundo os formuladores da Carta de Campinas:

Não nos interessa reproduzir modelos que não coadunam com os fundamentos do pentecostalismo clássico, crendo que esses, por si só, são suficientes para manter a marcha do crescimento e da expansão do Evangelho em todo o território nacional, sob o poder do Espírito Santo.⁴⁵

⁴⁰ SILVA, 2010, p. 76.

⁴¹ SILVA, 2010, p. 78.

⁴² CPADNEWS.

⁴³ CPADNEWS.

⁴⁴ CPADNEWS.

⁴⁵ CPADNEWS.

Como garantir o sucesso das ações identitárias? É difícil dizer, entretanto, há um concentrado esforço por parte da AD via CGADB/CPAD. Mas parece que o caminho é sinuoso, basta uma visita aos congressos (de jovens, missionários, etc.) que se realizam constantemente nas ADs para perceber nitidamente a influência dos neopentecostais, e não somente destes. A bricolagem religiosa está presente no fenômeno religioso brasileiro. A AD não é exceção, não obstante desejar sê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito o fenômeno religioso está em constante transformação, surgem “novos” atores e “novas” maneiras de experimentar o sagrado. Essas mudanças tendem a pressionar os grupos religiosos ditos “tradicionais” que se veem numa delicada situação de preservação ao mesmo tempo em que se conscientizam da necessidade de uma ressignificação identitária. Esta dialógica entre o “antigo” e o “novo” é permeada por tensões que não raras vezes cria uma “crise” de identidade, forçando os produtores de conhecimento do grupo a buscarem uma transição sem muitos sobressaltos.

Sendo assim, o esforço da AD em refletir sobre sua identidade e tentar estabelecer uma identidade de Igreja do Pentecostalismo Clássico, valorando e significando este conceito sociológico, surtirá efeito? O que parece é que o seminário, por questões óbvias de participação, e a Carta de Campinas não gozaram da repercussão necessária para uma reflexão identitária pretendida pelos organizadores do evento.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon. **Assembleias de Deus**: origem, implantação e militância (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro**: observações sobre uma relação ainda pouca avaliada. Revista USP, n° 67 (set.-nov. 2005), p. 100-115.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 02). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CPADNEWS. **Manifesto da reflexão teológica pentecostal das Assembleias de Deus no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4330>>. Acesso em: 15 jun. de 2012.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. Campinas: UNICAMP, 1993. Tese (doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RICARDO, Lucas. **Conferência de reflexão teológica em Campinas produz manifesto**. Rio de Janeiro: CPADNEWS, 13/09/2010. Disponível em: <<http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=12&i=4325>>. Acesso em: 15 jun. de 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.